

# A QUESTÃO AGRÁRIA E A CRISE DA CITRICULTURA BRASILEIRA

Cássio Arruda Boechat\*

## RESUMO

Este artigo trata de aspectos da reprodução atual do setor citrícola nacional, enfocando particularmente a produção de suco concentrado e congelado de laranja (SCCL), *commodity* de inserção internacional. A produção dessa mercadoria industrializada é objeto de análise, na qual as estratégias de centralização dos capitais das agroindústrias são delineadas. A partir dessa exposição, visa-se problematizar teoricamente o papel da propriedade da terra nas relações sociais de produção estabelecidas entre indústria processadora, citricultura e trabalhadores rurais, repensando, com isso, a questão agrária por meio de um caso particular. Além disso, pretende-se compreender teoricamente o desdobramento das acima referidas estratégias da agroindústria citrícola face ao desenvolvimento de uma crise fundamental.

**Palavras-chave:** Citricultura; Crise; Agroindústria; Trabalho rural; Questão agrária.

## Agrarian question and the brazilian citrus production crisis

### Abstract

This paper deals with aspects of today's social reproduction of Brazilian citrus production, particularly focusing the production of frost and concentrated orange juice (FCOJ), an international *commodity*. Such industrialized commodity is the object of analysis, in which the centralization of capitals agro-industry's strategies are grasped. From this exhibition, we aim at theoretically questioning the roll of land property within social relations of production established between industry, citrus producers and rural laborers, thus rethinking the agrarian question through a particular case. Apart from that, it is here intended to comprehend the unfolding of agro-industry's strategies in face of the development of a fundamental crisis.

**Key-words:** Citrus production; Crisis; Agro-Industry; Rural Labor; Agrarian Question

## La question agraria y la crisis de la citricultura brasileña

### Resumen

Este artículo trata de los aspectos actuales de la reproducción social del sector citrícola brasileña, particularmente enfocando la producción de jugo concentrado y congelado de naranja, una *commodity* de inserción internacional. Esta mercancía industrializada es el objeto de análisis, en la cual la centralización de capitales de la agroindustria es abordada. Desde esta exposición, intentamos cuestionar teóricamente el papel de la propiedad de la tierra en las relaciones sociales de producción establecidas entre la industria, los citricultores y los trabajadores rurales, así repensando la cuestión agraria por un caso particular. Además, se propone aquí comprender las estrategias de la agroindustria delante del desarrollo de una crisis fundamental.

**Palabras-clave:** Citricultura; Crisis; Agroindustria; Trabajo Rural; Cuestión Agraria.

## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende retomar distintas interpretações sobre os processos recentes por que tem passado o setor citrícola brasileiro, e em particular o paulista, onde esta se concentra espacialmente. De um modo geral, observa-se na retomada de matrizes interpretativas dedicadas ao setor uma oposição de perspectivas derivadas da oposição entre as principais categorias de atores sociais que compõem o chamado

complexo agroindustrial citrícola. Identificar essas oposições e a vivência diferenciada e desigual para com os processos sociais de que são constitutivos é de onde se parte aqui para posteriormente indicar uma perspectiva crítica categorial que escapa às análises mais recorrentes.

Sendo a citricultura e a produção de suco concentrado de laranja importantes atividades

\* Doutor em Geografia Humana (USP) e Pós-doutor em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ)  
Email cassio.boechat@gmail.com

econômicas do assim chamado agronegócio nacional, tem-se, de um lado, até meados dos anos 2000, uma mera exaltação dos feitos econômicos desse setor que monopoliza cerca de 80% do mercado mundial de suco de laranja. Essa exaltação vinha sendo explicada pela eficiência dos seus principais atores: citricultores e esmagadoras. Porém, mesmo os defensores destas perspectivas, a partir de então, já vêm indicando dificuldades econômicas para todos os elos da cadeia produtiva, hoje geralmente atribuídas tanto à queda na demanda mundial, face à concorrência com outras bebidas industrializadas, bem como ao aumento de doenças nos pomares.

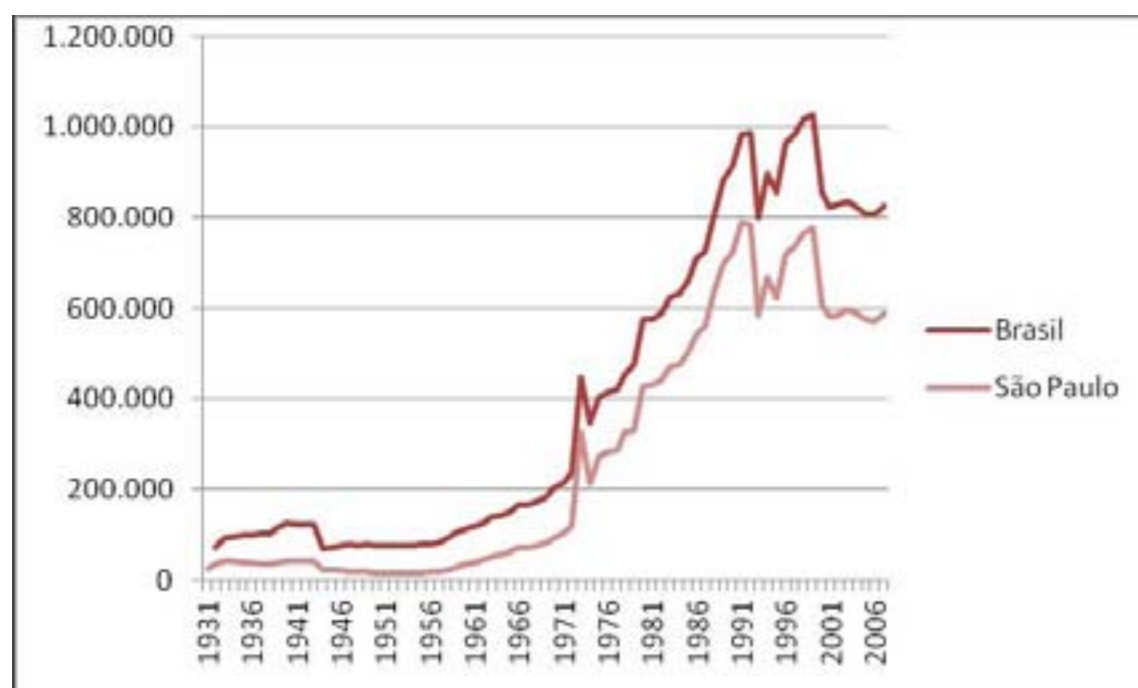
Por outro lado, não são novas as críticas ao movimento de cartelização das indústrias processadoras e às muitas estratégias postas em prática por estas contra os seus fornecedores de matéria-prima, os citricultores. Tampouco são raras as críticas às relações de trabalho vigentes nos pomares, carregamento e fretes, bem como aos mecanismos de contratação utilizados inicialmente pelas indústrias, responsáveis pela colheita da laranja de seus fornecedores até 1995, e posteriormente também pelos próprios citricultores.

Assim, as explicações para problemas do setor seguidamente apontam para os chamados fatores endógenos – tais como a centralização do capital

no elo industrial, a integração vertical materializada nos pomares próprios das indústrias e no sistema de logística de transporte, a falta de eficiência de pequenos produtores, o alto custo de insumos agrícolas, a negligência à legislação trabalhista, a negligência aos tratamentos fitossanitários e a disseminação de pragas por pequenos produtores, a falta de organização política de citricultores e colhedores, a falta de interesse em promover o mercado interno etc. – e para *fatores exógenos* – o protecionismo europeu e norte-americano, a centralização do capital de engarrafadores e cadeias de supermercados, a incidência de pragas, a variação dos preços da *commodity* na Bolsa de Nova York etc. Enfim, todos apontam para causas que, numa escala mais imediata, rebatem em custos de produção das mercadorias e em preços de mercado para as mesmas, incorrendo em limitações aos lucros de citricultores ou esmagadoras ou aos salários dos trabalhadores.

O que faremos adiante, além de retomar algumas dessas explicações, será circundar o papel relativo à propriedade fundiária nos processos e nas suas referidas interpretações, como elemento particularizante do capital aplicado na agricultura. Por fim, indicaremos uma interpretação diferenciada do fundamento da crise em geral, para com ela redefinir a compreensão das estratégias adotadas e também as matrizes interpretativas reiteradas.

GRÁFICO 1 – ÁREA COLHIDA DE LARANJA NO BRASIL E EM SÃO PAULO, EM HECTARES (1931-2006)



Fonte: IBGE/MAIC. Org.: Cássio A. Boechat

## BREVE QUADRO DA CITRICULTURA BRASILEIRA

A citricultura brasileira representa um importante setor da economia nacional, tendo uma longa história de consolidação. Dentro dessa, é marcante a passagem, a partir dos anos 1960, de uma produção voltada largamente para exportação de fruta in natura para uma produção voltada ao processamento industrial, a partir do qual se extrai o suco de laranja concentrado e congelado (SLCC) e outros produtos secundários, igualmente voltados, majoritariamente, para o mercado externo. O gráfico a seguir dá conta do incrível impulso dado à expansão da área plantada com pomares de laranja e efetivamente em produção no Brasil e, particularmente, em São Paulo, a partir da implantação da agroindústria citrícola nos anos 1960, revelando, ainda, um arrefecimento neste movimento na década de 1990 e mesmo uma queda da área assim cultivada a partir de 2000:

Interessante notar que a estagnação da área colhida

de laranja na década de 2000 vai na contramão dos processos de vertiginosa expansão de área plantada e colhida de outras lavouras no período. Assim, embora seja destinada majoritariamente à produção de uma *commodity* de inserção global, a produção de laranja não teve o mesmo comportamento de outras produções agrícolas e minerais naquele que foi conhecido como o ciclo do *boom das commodities*, hoje visivelmente saturado, o que nos sugere tentar compreender a particularidade deste setor do agronegócio nacional.

Fôssemos nos ater a esta variável de área colhida, portanto, concluiríamos apressadamente por uma estagnação do setor, mas um olhar mais detido nos dados mais visíveis da produção citrícola, sobretudo para o caso paulista, revelam uma manutenção nos últimos anos dos patamares de produção, sugerindo um aumento de produtividade, como a tabela abaixo permite indicar:

Observando os patamares de produtividade

TABELA 1 - BRASIL: LARANJA – PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO – 1990 A 2005 –

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores					
	Produção	Área colhida	Rendimento médio (kg/ha)	São Paulo		Bahia		Sergipe	
				Produção	Área colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida
1990	14.016	913	15.352	11.572	723	339	29	588	34
1991	15.149	983	15.405	12.644	789	390	33	710	36
1992	15.746	989	15.926	13.262	784	453	37	607	37
1993	15.038	801	18.785	12.280	585	423	38	705	39
1994	13.957	898	15.542	11.044	668	535	43	667	39
1995	15.870	856	18.530	12.892	621	599	48	542	40
1996	16.863	964	17.486	14.038	720	633	50	596	47
1997	18.437	906	18.700	15.181	737	717	54	697	42
1998	16.600	1.019	16.376	13.627	767	609	54	608	50
1999	18.315	1.027	17.832	15.509	777	535	49	480	51
2000	17.064	856	19.925	14.237	609	540	49	509	52
2001	16.983	825	20.594	13.530	581	865	49	581	50
2002	18.531	829	22.357	14.759	587	923	51	685	50
2003	16.918	836	20.235	13.347	600	772	48	691	51
2004	18.314	823	22.246	14.718	588	795	50	737	55
2005 <sup>1</sup>	17.868	803	22.251	14.366	572	780	51	746	55

Nota: 1 Estimativa.

Fonte: Produção, área e rendimento médio: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM - 1990 a 2004) e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA - julho/2006).

Elaboração: Secretaria de Política Agrícola-MAPA. Org. Cássio A. Boechat

nacional, tínhamos, em 1990, uma rendimento médio de 15.352 kg/ha, subindo, em 2000, para 19.934 kg/ha, para, finalmente, em 2005, atingir 22.251 kg/ha. O estado de São Paulo, maior produtor nacional, apresenta dados comprovando uma produtividade sempre acima da média nacional: 16.005 kg/ha, em 1990; 23.377 kg/ha, em 2000; e 25.115 kg/ha, em 2005. Os outros dois maiores estados produtores apresentariam rendimentos médios oscilantes. Na Bahia, a produtividade, em 1990, era de 11.689 kg/ha; caindo a 11.020 kg/ha, em 2000; e subindo para 15.294 kg/ha, em 2005; portanto, sempre abaixo da média nacional. Sergipe tinha um rendimento médio superior ao nacional em 1990 (17.058 kg/ha), caindo drasticamente, em 2000, para 9.788 kg/ha, e recuperando-se ligeiramente em 2005 (13.563 kg/ha).

Evidenciada a preponderância da produção citrícola paulista no cenário nacional, antes de adentrar explicações sobre o aumento e o impacto da produtividade no caso em questão, concluiremos o breve esboço do quadro setorial, com indicações da ex-secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado. Segundo M. Bergamaschi, tratava-se, em 2011, da terceira principal atividade do agronegócio paulista, gerando R\$ 4,8 bilhões ao ano. Do suco de laranja concentrado e congelado (SLCC) produzido no Brasil, 98% era produzido em São Paulo e majoritariamente exportado, o que representava 11% das exportações do agronegócio do estado, de modo que “três em cada cinco copos de suco de laranja consumidos no mundo vêm de pomares paulistas” (BERGAMASCHI, 2012, p. 46). Até aqui, portanto, um quadro elogioso de um setor aparentemente pujante da economia nacional e paulista.

## O DESDOBRAR DE PERSONIFICAÇÕES E DISPUTAS DO SETOR E SUAS INTERPRETAÇÕES EM CONFLITO

TABELA 2 - INDICADORES DE CONCENTRAÇÃO NA INDÚSTRIA DE SUCO CONCENTRADO DE LARANJA, SÃO PAULO, 1970-2004

	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
Duas maiores empresas (%)	63,2	51,5	60	63,2	61,5	54	45,6	61
Quatro maiores empresas (%)	86,8	71,6	89,6	90,2	86,8	83	73	89,6
Empresas com 75% da instalação (no.)	3	5	3	3	3	4	5	3
Índice de Herfindahl	0,251	0,175	0,248	0,254	0,246	0,147	0,164	0,233

Fonte: Neves e Lopes, 2005; 117.

Org.: Cássio A. Boechat

Responsável pela geração de cerca de 400 mil empregos diretos e indiretos (BARBOSA & GITAHY, 2010), a citricultura como se vê é uma atividade altamente voltada ao suprimento de fruta para a indústria processadora. Estima-se que esta agroindústria produza de 30% a 50% de sua própria demanda de laranja em pomares próprios (KALATZIS, 1998; PAULILLO, 2006). Portanto, uma parte considerável da força de trabalho está empregada diretamente pela indústria processadora. Soma-se isto a um contingente nada desprezível de pequenos produtores familiares, que respondem pela maior (embora decrescente) parte dos citricultores e que têm visto sua participação na produção decair drasticamente. De outra parte, um número razoável de produtores de médio porte fornecem laranja para a indústria e contratam força de trabalho para o trato e a colheita. São estes, em linhas gerais, os principais atores da referida cadeia produtiva: trabalhadores, citricultores e indústria, não se esquecendo é claro do papel não menos importante do Estado, personificado na fala da secretária de agricultura no parágrafo anterior.

Embora a excelência da produção nacional de suco concentrado de laranja seja exaltada por diversos intérpretes que ressaltam os resultados de produção e exportação (NEVES & LOPES, 2005; NEVES *et alli.*, 2007), também certa estagnação dos resultados econômicos mais recentes passa a pontuar os trabalhos desses mesmos autores (NEVES *et alli.*, 2010). Por outro lado, a obtenção de resultados econômicos (ainda) tão positivos é indicativa, para outros autores, de um processo de exploração que teria sua origem numa excessiva centralização de capital, materializada na concentração do elo industrial do *complexo agroindustrial* (CAI) citrícola (MARTINELLI Jr., 1987; PAULILLO, 2000; PAULILLO, 2006). Uma tal centralização do capital no elo industrial do setor não chega a ser segredo para nenhum de seus intérpretes e fica evidente nos dados

abaixo, retirados aliás de um trabalho alinhado com o discurso hegemônico que não critica tal processo:

Como se observa, portanto, a “concentração industrial” no CAI citrícola é alta e vem se mantendo praticamente desde a sua constituição, em fins dos anos 1960. Se em alguns subperíodos desta breve história esta “concentração” foi levemente abrandada pela emergência de novas indústrias processadoras, em seguida uma reconcentração reafirmou um cenário em que as duas maiores empresas (Cutrale e Citrosuco) sempre dominaram mais da metade da capacidade de processamento do setor. Isto significaria uma constante (e por vezes desleal) disputa entre as grandes esmagadoras e outras de menor porte, assim como também significaria uma concentração de poder de barganha destas processadoras contra os seus fornecedores de laranja. Para os discursos mais ufanistas, porém, estaria aí a chave de um caso de sucesso de um setor nacional vencedor na concorrência internacional.

De todo modo, repensando a própria categoria da indústria processadora de suco concentrado, poder-se-ia problematizar a homogeneidade suposta desses atores retomando a história de oposições internas ao setor industrial que mostra a existência de indústrias menores e mesmo pertencentes às cooperativas de produtores, que certamente se viram numa relação conflituosa com as maiores representantes de sua categoria. Não incorremos nesta recuperação (ver BOECHAT, 2013) aqui, deixando não obstante atestado um processo tenso e reiterado de centralização de capitais do elo industrial do CAI citrícola.

No que se refere ao elo agrícola do setor, outras oposições vêm à tona. A princípio, a supra-citada

oposição entre citricultores e indústria se espria para este lado uma vez que as indústrias também se inserem na produção direta de laranjas, tendo suas próprias fazendas e seus próprios pomares, de modo que se instaura de antemão uma oposição recorrentemente ressaltada entre a produção própria da indústria e aquela de seus fornecedores. No entanto, essa distinção ganha contornos mais profundos quando se diferencia, entre os fornecedores da agroindústria citrícola, aqueles que operam uma produção em moldes empresariais e aqueles que o fazem em unidades produtivas de cunho familiar, normalmente assentes estes últimos em estabelecimentos de pequeno porte.

Se a perspectiva concorrencial e a verticalização para trás da indústria fornecendo a si própria sugerem um cenário de dificuldades para citricultores em geral, esta dificuldade se mostra mais intensa exatamente para aqueles de menor porte, em geral constituídos de agricultores familiares, sitiantes produzindo laranja sobretudo com o emprego de força de trabalho recrutada principalmente entre os membros da própria família. Neste cenário, os dados de citricultores clarificam um processo de centralização de capitais, normalmente entendido como “concentração da produção”, que já vinha ocorrendo desde os anos 1980, em unidades produtivas maiores:

A queda no número de estabelecimentos de pequeno porte e na porcentagem da produção total de laranjas fornecidas por estes era acentuada mesmo num período em que houve uma espécie de “auto-regulação” (PAULILLO, 2006) interna ao CAI agrícola, com o respaldo estatal, naquilo que ficou conhecido como o período de vigência do “contrato padrão” e no qual a principal cooperativa

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS E DA PRODUÇÃO SEGUNDO O TAMANHO DO ESTABELECIMENTO PRODUTOR DE LARANJAS, NO ESTADO DE SÃO PAULO, ENTRE 1985/86 E 1995/96

Tamanho	Estabelecimentos (%)		Produção de laranjas (%)	
	1985/86	1995/96	1985/86	1995/96
Pequeno	75	67	34	22
Médio	17	25	23	31
Grande	7	7	35	28
Muito grande	1	1	8	19
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IEA apud Graziano da Silva (2000; 14)

Org.: Cássio A. Boechat

de citricultores do Brasil (Coopercitrus) dispunha de uma importante indústria processadora (Frutesp S/A), representando com estes elementos a capacidade relativa de citricultores fazerem frente ao monopólio econômico e poder político do setor processador. Assim, mesmo nesta “fase áurea” da citricultura as dificuldades enfrentadas pelos menores citricultores chegavam ao ponto de inviabilizar sua permanência no CAI citrícola.

Nos últimos vinte anos, este processo de “concentração da produção” em estabelecimentos maiores e a exclusão dos pequenos citricultores parece ter se agravado. Um estudo, de 2009, da entidade de representação das indústrias processadoras (CitrusBr), mostrava que, de 2001 a 2009, o número de pequenos citricultores com menos de 10 mil árvores, em São Paulo e no Triângulo Mineiro, caiu de 11.333 para 9.603. Se pensarmos que, segundo dados do IEA (SILVA, 2000, p. 13), este número era de 18.815, em 1985, observamos uma exclusão de 9.212 pequenos citricultores do *complexo agroindustrial citrícola paulista*, em apenas 24 anos.

Alguns autores atribuem à falta de eficiência destes a causa da sua exclusão (NEVES *et. alli*, 2010), numa visível aplicação de uma lógica liberal de um virtual mercado livre a excluir os menos aptos, vendo mesmo uma positividade nesta saída por conta de uma suposta melhora na qualidade da fruta fornecida e no maior controle fitossanitário presente nas unidades produtivas mais tecnificadas (NEVES & LOPES, 2005). Não são poucos, porém, aqueles que atribuem tal exclusão a uma política agressiva de preços e contratos estabelecida pela indústria processadora (FIGUEIREDO *et. alli*, 2013; PAULILLO, 2006), deixando entrever uma crítica ao monopólio constituído, a deturpar a livre concorrência. Monopólio este que não se restringiria ao dos meios de produção produzidos, materializados no capital industrial, como também no sistema de logística de transporte e na própria produção de laranjas feita pelas indústrias processadoras (KALATZIS, 1998; VIEIRA, 2003). Há, por fim, também uma posição minoritária que viria a observar um processo de extração de uma renda fundiária dos citricultores por parte das agroindústrias (OLIVEIRA, 1986), explicação esta que parece não ter se desdobrado em análises recentes sobre os desdobramentos mais atuais do setor.

Não sendo o bastante, há ainda autores que ressaltam a posição diferencial e desigual em que os trabalhadores rurais entram nas referidas relações sociais de produção da citricultura. Para estes, a

oposição entre esmagoras e citricultoras é menos decisiva do que a oposição entre contratantes de força de trabalho e contratados, de modo que outros elementos de exploração são evidenciados, como, por exemplo, a informalidade reinante na contratação e no agenciamento por empreiteiros (“gatos”) até os anos 1980 (SILVEIRA, 1982; BAPTISTELLA, 1998), a mudança nas formas de contratação ocorrida nos anos 1990 (ALMEIDA & PAULILLO, 2006) e a constituição recente de consórcios de empregadores rurais, maquiando com novas roupagens os antigos esquemas de contratação (BARBOSA, 2007). Há ainda aqueles que caracterizam o processo de trabalho como extremamente exigente do ponto de vista físico, levando a inúmeros problemas de saúde para o trabalhador (SILVEIRA, 1982; SILVA, 1999).

Enfim, a suposta fragilidade antes sugerida da agroindústria nacional frente às grandes corporações do setor de alimentos e das redes de supermercados (NEVES & TROMBIN, 2010; NEVES *et alli*, 2010), seria reposicionada segundo uma fragilidade de citricultores perante a agroindústria concentrada (PAULILLO, 2010; FIGUEIREDO *et alli*, 2013), para, por fim, ser verificada uma posição ainda mais frágil de pequenos produtores de laranja perante a mesma agroindústria (OLIVEIRA, 1985; PAULILLO, 2006) e uma vulnerabilidade ainda mais extremada de trabalhadores perante seus contratantes (SILVA, 1999; BARBOSA, 2007).

Certo “mapa” das personificações das categorias sociais da reprodução de relações sociais de produção em conflito do setor pode ser assim sintetizado, evidenciando já oposições espelhadas em vertentes contrapostas da produção intelectual e científica sobre o mesmo setor. Certamente, o papel das interpretações não é neutro e indica uma reprodução social também mediada por discursos em oposição. Com isso, tem-se um panorama de um setor muito integrado à agroindústria, porém de maneira que a inserção dos seus atores é diversificada e desigual.

### FATORES ENDÓGENOS DA CRISE DA CITRICULTURA

Pensar numa crise da citricultura requer equacionar, de algum modo, estes diversos pontos de vista e também o movimento das categorias sociais em relação. O que pode ser caracterizado como crise de certo ponto de vista pode ser simultaneamente positivado de outro e a simples adição de perspectivas fragmentadas não compõe necessariamente um panorama caracterizável como de crise setorial.

Adotaremos, nesta seção, a estratégia de buscar uma síntese dos conflitos na expressão reduzida da reprodução dos capitais aplicados no setor, presente em estudos sobre custos de formação e operação de

unidades produtivas da citricultura. Partiremos de uma tentativa de evidenciar um processo de redivisão dos custos ao longo da década de 1980. A tabela 4 tem esse intuito:

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES DOS ITENS DE CUSTO NO CUSTO OPERACIONAL TOTAL DA CULTURA DA LARANJA, ESTADO DE SÃO PAULO, 1980/81 - 1986/87.

Item de custo	79/80	80/81	81/82	82/83	83/84	84/85	85/86	86/87
Mão de obra	21	18	13	14	9	7	12	17
Aubos e corretivos	20	24	20	16	11	12	20	16
Defensivos	27	26	29	27	24	16	21	21
Operação de máq. e equip.	16	11	10	12	11	7	10	21
Depreciação de máq. e pomar	11	13	10	12	11	11	13	19
Encargos financeiros	5	8	18	19	34	47	24	6
<b>Custo Operacional Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), apud. Mello, 1986; 446.  
Org.: Cássio A. Boechat

Neste estudo da economista do Instituto de Economia Agrícola (IEA) Nilda Mello (MELLO, 1986) observa-se, primeiramente, uma impressionante ascensão e queda do item “Encargos financeiros” na composição dos custos operacionais totais da produção de laranja, marcando um período em que a crise das dívidas, agravada a partir de 1983, impacta negativamente os níveis de crédito rural subsidiado, obrigando produtores a recorrer a empréstimos privados, segundo a autora. Quando a participação deste item volta, em 1986/87, a patamares semelhantes aos de antes da crise, tem-se, no entanto, um novo cenário em que as participações de “Mão de obra”, “Aubos e corretivos” e de “Defensivos” caíram ligeiramente, enquanto as demais subiram. Observe-se, de passagem, que estranhamente o custo de aquisição ou arrendamento da terra onde esta produção se dá não é contabilizado, restringindo-se uma noção de operação que ignora este elemento determinante de uma produção *agrícola*.

De todo modo, já se evidencia pela estrutura de custos uma produção realizada com alta utilização dos chamados “insumos modernos” do “pacote tecnológico” da assim chamada “Revolução Verde”: fertilizantes, defensivos, maquinários, etc. Com eles, a participação do item “mão de obra” se relativiza e decresce significativamente nos custos da produção agrícola. Em 1987, data final da série histórica de Mello (1986), entretanto, este processo fundamental não estaria ainda esgotado, como demonstra a tabela

5 a seguir:

Os dados da tabela 5 são bastante significativos de um processo que não se restringe à mera adoção de maquinário, no qual o trator foi símbolo da modernização da agricultura do pós-guerra (Delgado, 1985). À incorporação de novas técnicas e a uma crescente racionalização do processo de trabalho, de um lado, somam-se o crescimento de outros custos, mostrando um decréscimo também na utilização da força de trabalho mais especializada do tratorista, ao menos durante o período de formação do pomar. Quanto à chamada “mão de obra comum” esta apresenta quedas acintosas tanto nos anos de formação do pomar como no trato do pomar formado. Aí entra em ação a adoção maciça de herbicidas a eliminar a necessidade de carpa manual, que era a principal demanda por trabalho na citricultura (Boechat, 2013). Vai ficando claro um processo de exclusão do trabalho vivo do ciclo de reprodução do capital citrícola, o que deve ser compreendido como uma face de um processo global de incremento da composição orgânica dos capitais. Na década de 1990, abarcada pelos dados expressos na tabela 5, no caso particular dos capitais aplicados na citricultura, esse aumento da composição orgânica é elevado. A tabela 6 a seguir permite consolidar essa visão na comparação com outros elementos desta composição, aqui expressos no nível dos custos para aquisição de uma quantidade média dos mesmos:

TABELA 5 - ESTIMATIVA DE EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COMUM E DE TRATOR/TRATORISTA E EQUIPAMENTO NOS TRATOS CULTURAIS (1), NA FORMAÇÃO (2) E NA PRODUÇÃO (3) NA CULTURA DE LARANJA PARA INDÚSTRIA, 1 HECTARE, REGIÃO NORTE, ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRAS 1988/89 (4) E 2000/01 (EM DIAS POR HECTARE).

Tratos culturais	Mão de obra comum			Trator/Tratorista e equipamento		
	1988/89	2000/01	Varição (%)	1988/89	2000/01	Varição (%)
<b>Formação do pomar</b>						
1o. Ano	29	18,3	-37	4,5	4,4	-2
2o. Ano	21,2	6,7	-68	2,3	2,3	0
3o. Ano	26,3	4,5	-83	3,1	2,2	-29
4o. Ano	32,1	1,9	-94	4,7	1,6	-66
<b>Total na formação</b>	<b>108,6</b>	<b>31,4</b>	<b>-71</b>	<b>14,6</b>	<b>10,5</b>	<b>-28</b>
<b>Pomar em produção</b>	<b>10,1</b>	<b>1,8</b>	<b>-82</b>	<b>2,3</b>	<b>2,3</b>	<b>0</b>

(1) Não inclui dias de colheita, operação efetuada por empreita.

(2) Na formação do pomar, a densidade é de 200 plantas/ha em 1988/89 e de 400 plantas/ha em 2000/01.

(3) No pomar em produção, a densidade é de 212 plantas/ha em 1988/89 e de 300 plantas em 2000/01.

(4) Na safra 1988/89, os dados da formação referem-se à estimativa para o Estado de S. Paulo e os do pomar em produção à estimativa para a região de São José do Rio Preto.

Fonte: Ghilardi et. Al., 2002.

Org.: Cássio A. Boechat.

TABELA 6 - ESTIMATIVA E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO CUSTO OPERACIONAL PARA A CULTURA DE LARANJA PARA INDÚSTRIA, POMAR EM PRODUÇÃO, 1 HECTARE, 300 PÉS, PRODUÇÃO DE 600 CAIXAS DE 40,8 KG, REGIÃO NORTE, ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2000/01.

Item	Distribuição percentual	
	COT	COE
Mão-de-obra	3,2	4,1
Operações de máquinas	11,1	14,2
Adubos e corretivos	15,9	20,4
Defensivos	31,3	40,3
Outros materiais	0,1	0,1
Colheita empreitada	16,2	20,9
<b>Custo operacional efetivo (COE)</b>	<b>77,8</b>	<b>100,0</b>
Depreciação do pomar	13,3	-
Encargos financeiros	3,4	-
Depreciação das máquinas utilizadas	4,4	-
Encargos sociais diretos	1,1	-
<b>Custo operacional total (COT)</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: Ghilardi et. al., 2002

Org.: Cássio A. Boechat

Salta aos olhos o crescimento dos gastos com defensivos agrícolas, revelando uma internalização na contabilidade de custos de manutenção dos pomares face à incidência de pragas na citricultura. Esta questão, centralizada nos anos 1990 e 2000 pelo surgimento de novas pragas (CVC, amarelinho, *greening*) indica a reposição do problema que, em tese, deveria ser solucionado pelas inovações químicas (SILVA, 1982) aplicadas à agricultura. Assim, o controle de pragas por meio de defensivos, realizado maciçamente desde os anos 1970 não têm sido efetivo na extinção do problema, o que aliás tornaria desnecessário um lucrativo ramo da indústria de produção de meios de produção para a agricultura. Pelo contrário, o que se nota é a persistência de pragas históricas dos pomares (ferrugem, leprose, etc.), tornadas resistentes aos antigos princípios químicos dos defensivos sempre renovados, e ainda o surgimento de novas. Do ponto de vista pretensamente endógeno da reprodução dos capitais citrícolas, tem-se o crescimento de um item dos custos operacionais, limitando obviamente os lucros finais dos produtores, incluindo aí pequenos agricultores familiares. Se em 1986/87 este gasto respondia por 21% dos custos operacionais totais (Tabela 4), ele passaria a 31,3% em 2000/01.

Um leitor atento notará, porém, que a tabela acima se refere à Região Norte da citricultura paulista. Esta divisão recente diz respeito à expansão dos plantios realizada em direção ao sul e sudeste do estado de São Paulo, de modo que a Região Norte seria aquela do tradicional “corredor” ou “cinturão citrícola”, correspondente à área de produção que vai do entorno do município de Limeira/SP a noroeste, até a região de São José do Rio Preto (POLTRONIERI, 1976), área esta recentemente expandida para o Triângulo Mineiro que lhe é adjacente. Enquanto a expansão se justificava pela fuga das áreas mais afetadas pelas pragas dos anos 1990 (sobretudo, CVC), a nova área parece ser a mais afetada pelo *greening*. A constituição original de pomares mais adensados e a possibilidade de aquisição de terras mais baratas, por sua vez, são outros elementos explicativos para a expansão (NEVES *et. alli*, 2010; PAULILLO, 2006) embora a qualidade do suco (*ratio*) seja tida como inferior (BOECHAT, 2013).

Além disso, a tabela 6 mostra como a participação de “Mão de obra” caiu rapidamente na composição dos custos operacionais na década de 1990. Por outro lado, a disputa política deflagrada entre entidades representantes das esmagadoras e entidades dos citricultores em torno do chamado “contrato padrão”<sup>1</sup> culminou, em 1995, no repasse da incumbência da colheita contratada pela indústria processadora,

ficando esta, a partir de então, a cargo dos próprios citricultores. Daí a inclusão deste novo e importante item na estrutura de custos acima, fazendo com que os gastos gerais com “mão de obra” permanecessem nos mesmos patamares de 1987, comparando com a tabela 4. Porém, como afirmamos, a manutenção dos gastos com força de trabalho em patamares similares, em realidade, esconde uma série de transformações no processo de trabalho e na composição técnica e orgânica do capital citrícola, ao passo que igualmente mascara uma disputa política entre as personificações do elo agrícola e do industrial deste complexo agroindustrial. Disputa esta que, como vemos aqui, apesar de aparentemente representar um fator exógeno à reprodução imediata do capital citrícola internaliza-se como custos de produção.

Pelo lado dos trabalhadores, que vinham tendo suas rotinas de trabalho seguida e significativamente transformadas pelas novas técnicas e pelos novos produtos e maquinários, ver-se-ia uma modificação no perfil geral dos seus contratantes, não mais concentrados na figura das indústrias, mas agora pulverizados por todos os produtores. O que se viu, num primeiro momento, porém, foi a constituição de cooperativas de trabalhadores, visivelmente falsas e controladas pelos empregadores e empreiteiros. Na maior parte dos casos, visando burlar a legislação trabalhista. Sendo posteriormente proibidas pela justiça trabalhista, a constituição de condomínios de empregadores rurais seria nova estratégia de contratação coletiva das turmas de colhedores.

No geral, como vimos, quando o caso de trabalhadores é ao menos tangenciado nas análises do setor, ele se restringe às formas de contratação e ao processo de trabalho em transformação. O que vemos a partir de análises de custos de produção, porém, é a redução da força de trabalho a um elemento dos custos operacionais do capital citrícola, de maneira que o trabalho vivo consumido na produção de mercadorias (laranjas) é reduzido à sua condição fetichizada de *capital variável*. Mais do que isso, restrito aos patamares de gastos operacionais efetivos, os gastos com “mão de obra”, sempre renovados a cada “operação” ou safra, igualam-se à condição de dispêndio efetivo de dinheiro, como qualquer outro gasto renovável. Tornam-se, tanto na análise técnica dos custos de produção como aos olhos dos próprios empregadores, mero *capital circulante*. Um mero gasto renovável como outro qualquer, necessário a cada ciclo.

Assim, o dinheiro gasto com o emprego de trabalhadores aparece na contabilidade como

dinheiro qualquer, seja ele efetuado nesta operação ou na aquisição de adubos, fertilizantes, defensivos, etc. Distingue-se, no entanto, segundo a lógica aplicada nesta construção cotidiana, apenas do nível dos gastos operacionais totais, que correspondem a dispêndios monetários de médio e longo prazo. Enfim, não há qualquer compreensão por essa interpretação do papel fundamental exercido pela exploração da força de trabalho para a acumulação capitalista, de modo que não se compreende de fato, pela análise assim feita dos fatores endógenos da citricultura, como a valorização do valor possa ocorrer (BOECHAT, 2013).

Por isso, as explicações ora reclamam do monopólio de redes de supermercado ora reclamam do monopólio das indústrias processadoras, embora correntemente reclamem da elevação pontual de alguns dos fatores de produção. Sendo assim, a análise diferencial dos atores envolvidos, sobretudo citricultores e esmagadoras e seus referidos defensores, costuma apenas se preocupar com os preços de custos e contrapô-los aos *preços de mercado*, simplificando uma noção reduzida e cotidiana do *lucro como* mera diferença entre um e outro.

De nosso lado, o que estamos sugerindo aqui é que a reiteração dessas análises não consegue compreender sequer o fundamento básico da acumulação capitalista, assente na extração de mais-valia. Muito menos se conseguirá, por esse caminho, compreender que o que se observa na redução contínua dos gastos com “mão de obra” é uma exclusão do trabalho vivo em relação ao trabalho pretérito objetivado em terras e insumos, na composição orgânica dos capitais citrícolas. A principal consequência lógica desse movimento é uma tendência de queda dos níveis de extração de mais-valia. Como este processo não se restringe, como sabemos, à citricultura, mas é parte de movimento global de intensificação do capital (KURZ, 2005), tem-se um cenário que sugere uma crise fundamental da reprodução ampliada do capital, de modo que a obtenção do lucro médio do setor e de seus agentes dependerá de sua capacidade de disputar a mais-valia global, em queda.

Um último comentário há que ser feito antes de adentrar os chamados *fatores exógenos* da crise da citricultura. Observe-se, pois, que nesta forma de se conceber os gastos (Tabelas 4 e 6) não entra uma dimensão óbvia de uma lógica contábil aplicada à economia rural, que devesse remunerar os custos de oportunidade do dinheiro e do capital aplicados na atividade, bem como a remuneração dos “fatores” terra e empresário.

Ora, este é exatamente o ponto de disputa entre agroindústria e citricultores. A limitação da análise de custos de produção aos patamares de operação, seja efetiva ou total, implica numa não-remuneração lógica e efetiva do investimento de capital desdobrado em custos de oportunidades dos fatores fetichizados (terra, trabalho complexo e capital). No máximo, o que se encontra é uma remuneração para repor os pomares e o maquinário, como se tal produção não se desse numa base fundiária e com uma gerência do capital, e como se o dinheiro aí empregado não tivesse usos alternativos a delimitarem, por meio do parâmetro dos juros, se este uso operacional é socialmente rentável ou não.

A adoção da metodologia de custos operacionais pelo IEA e por analistas alinhados com a indústria processadora (NEVES e LOPES, 2005; NEVES & TROMBIN, 2010; NEVES *et alli.*, 2010) vem sendo, nos últimos anos, contraposta à adoção de uma metodologia mais ampla pela associação representante dos citricultores (ASSOCITRUS) e encampada pela CONAB, na qual a remuneração dos fatores implica num custo total de produção acima do verificado nos níveis da operação (GHILARDI, 2006). Ela é reveladora de uma ausência de neutralidade da ciência, que passa a condicionar uma disputa política pela determinação de uma média social para os custos de produção da mercadoria-laranja, sendo em última instância também uma luta econômica pela definição de um preço de mercado para a caixa de laranja fornecida à indústria. Assim, enquanto este preço condiciona as margens de lucro da indústria processadora por determinar os seus custos com a aquisição da sua principal matéria-prima, ele condiciona de maneira oposta a possibilidade de uma “margem de lucro” para os citricultores.

Ainda aí, mesmo pela eventual adoção da metodologia de custos totais, não se está debatendo o movimento de fundo de exclusão da exploração da força de trabalho da produção direta de laranja e indiretamente de suco concentrado de laranja. Assim, a crise, entendida de maneira superficial pela disputa de preços, chega primeiro para a categoria de trabalhadores rurais, efetiva e gradualmente excluídos do processo produtivo. O poder de impor preços de custos condizentes com os níveis operacionais, por sua vez, deve representar uma gradativa descapitalização de citricultores pela incapacidade de, em médio e longo prazo, reproduzirem de maneira ampliada o capital empregado. Sub-repticiamente, a crise de fornecedores deve impactar negativamente a base de exploração também da própria indústria processadora, generalizando-se, com isso, um cenário

de crise setorial, entendida ainda aqui no seu nível por assim dizer *endógeno*.

Por outro lado, a redução da categoria social *terra* a um fator de produção e de remuneração dos capitais também demonstra a incapacidade dessas metodologias e também de muitos dos agentes do setor de compreender o significado social da mesma. Isso seria de se esperar naquelas metodologias que sequer a consideram como elemento a ser remunerado, mas a mera inclusão de uma remuneração não esgota a questão da consciência inconsciente acerca das relações sociais.

Assim, sequer se tangencia o entendimento de que a monopolização da base fundiária, seja por citricultores (incluindo aí os pequenos agricultores familiares) seja pela agroindústria, é o pressuposto para a existência do trabalhador disponível para ser empregado nesta produção (TOLEDO & BOECHAT, 2012). A vulnerabilidade do trabalhador é historicamente constituída, sendo sua característica fundamental não ser proprietário senão de sua força de trabalho, obrigatoriamente assim ofertada no mercado de trabalho para o uso alheio. Se a terra não fosse de fato remunerada socialmente ela estaria disponível para o acesso livre também pelos trabalhadores, que, desse modo, deixariam de sê-lo, fazendo ruir a reprodução inclusive do capital citrícola. Se ela é passível de não ser remunerada, no entanto, pode significar uma realidade social em que alguns têm monopólio político e jurídico de acesso a ela, vetado à generalidade da população, mas não necessariamente oriundo de um investimento de dinheiro em sua aquisição. A disputa em torno da inclusão desta remuneração do “fator terra”, porém, explicita que não é este o caso para os citricultores.

De outra parte, a obtenção de parte da base fundiária por agricultores familiares os coloca numa posição diferenciada em relação aos trabalhadores, mas não necessariamente os igualam aos demais citricultores e à indústria processadora, igualmente proprietários fundiários. A possibilidade destes agricultores se reproduzirem sem remunerar parte dos seus “fatores de produção” já foi ressaltada na literatura (p. ex., OLIVEIRA, 1987). A própria (auto-) compreensão de sua inserção social na agricultura para além de um investimento de capital, ou *unidade de produção*, pode levá-los a serem vistos como *unidade social* que atua para além das determinações de lucro e não se restringe a atividades agrícolas (CARNEIRO, 1999; WANDERLEY & FAVARETTO, 2013).

Tal visão poderia sugerir a existência de uma totalidade à parte incorporada por essa unidade social supostamente externa às imposições do mercado, adiantando com isso um elemento de uma externalidade dentro do rol de fatores que compõem a crise do setor em questão. No entanto, é premente o impacto do aumento dos custos nos níveis de renda obtida por este segmento da citricultura, de maneira que a exclusão de mais de 9 mil pequenos citricultores do setor em 24 anos é um dado cabal de uma crise que extrapola-lhes a capacidade de amortecimento dos custos pela não-remuneração de certos fatores, incluindo terra e trabalho. Muitos deles têm recorrido ao arrendamento de suas terras para o plantio de cana-de-açúcar pelas usinas de açúcar e álcool (NOGUEIRA & TORRES Jr., 2006). Neste sentido, fica evidente que se o preço de mercado imposto pelas agroindústrias e pelas fornecedoras de insumos agrícolas não necessariamente expropria, ele pode inviabilizar a manutenção no setor dos fornecedores de laranja. Por isso, temos que brevemente incorrer em explicações que adentrem esta suposta externalidade que constitui a figura contraditória do mercado.

## FATORES EXÓGENOS DA CRISE DA CITRICULTURA

A compreensão de uma externalidade no condicionamento da crise da citricultura é sempre problemática. Externo em relação a quê? Qual a dimensão da totalidade que se atribui? Enfim, determinar os limites de um setor não é algo simples.

Como conclusão do caminho indicado pelas pesquisas de custo de produção, devemos brevemente, portanto, comparar os custos médios obtidos e os preços de mercado pagos pela indústria processadora aos seus fornecedores. Isto porque uma dimensão de exterioridade advém do mercado, compreendido fetichistamente como instância externa à produção imediata, de modo que as planilhas de custo se opõem logicamente aos preços ofertados pela indústria.

Para 2009, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) estimava um custo operacional de R\$ 9,40 por caixa de 40,8 kg de laranja. O Centro de Estudos Avançados de Economia Aplicada (CEPEA) calculava um custo operacional médio de R\$ 10,36/caixa para a mesma safra.

Por sua vez, o mesmo CEPEA levantaria, com trabalhos de campo, que os preços pagos pela caixa de 40,8kg pela indústria aos seus fornecedores oscilavam de um mínimo de US\$ 2,9 a um máximo

de US\$ 7,00, numa média de US\$ 5,07/cx. Com uma cotação média do dólar na época a R\$ 2,3, os preços pagos oscilavam entre R\$ 6,67 e R\$ 16,1, com média de R\$ 11,66. Portanto, os preços médios de mercado da laranja estavam muitíssimo próximos aos custos operacionais médios, havendo portanto muitos citricultores operando com prejuízo.

Do ponto de vista da indústria, porém, os seus preços ofertados aos fornecedores são parte interna dos custos de produção da sua mercadoria, o suco concentrado e congelado de laranja (SLCC), de modo que os custos de produção da laranja lhes são, estes sim, uma relativa exterioridade, a não ser pelo fato de a própria indústria processadora ter seus próprios pomares, internalizando tais custos e possivelmente também os lucros. Por sua vez, os preços de mercado do SLCC são, a princípio, uma externalidade da produção agroindustrial citrícola e a explicitação desta diferença faz sentido apenas em parte, uma vez que os custos de produção industrial não se restringiriam aos gastos com a aquisição de laranja:

Desse modo, uma tabela como a acima apresentada, só faz sentido para evidenciar a ausência de correlação direta entre uma externalidade (mercado mundial de suco de laranja), para a agroindústria citrícola, e outra (mercado de laranja para a indústria), do ponto de vista da citricultura. Isto é observável até certo ponto, porque as variações são evidentes até a safra de

1991/92. A partir de então, a manutenção dos preços da caixa de laranja observaria uma persistência muito maior do que antes, sobretudo quando se tem em mente as explicações históricas do sucesso da citricultura paulista relacionado aos fracassos pontuais da citricultura da Flórida/EUA, nas décadas de 1960 e de 1980 (HASSE, 1987). É significativo, portanto, que esta aparente regularidade em patamares baixos dos preços de laranja, a partir dos anos 1990, aconteça quando a maior cooperativa de citricultores se desfaz de sua indústria processadora e quando o contrato-padrão deixa de existir. Os contrapontos à centralização do capital industrial citrícola, tanto político como econômico, deixam de existir, levando à possibilidade de desvinculação de uma externalidade e outra.

Por outro lado, a estabilidade também se mostra visível na externalidade do próprio mercado internacional de suco de laranja, mostrando uma exportação de suco de laranja estacionada em patamares relativamente estáveis nos últimos anos.

A tabela 8 permite mostrar uma diferença substancial, porém, entre os preços de mercado auferidos por dois mercados distintos, o europeu e o norte-americano. Historicamente, a Bolsa de Valores de Nova York foi o parâmetro de um preço internacional para a mercadoria suco de laranja. Porém, como mostra Tavares (2006), a maior parte

TABELA 8 - PREÇOS MÉDIOS NA BOLSA DE VALORES DE NOVA YORK E NOS PORTOS DA EUROPA E VOLUME TOTAL DE SUCO DE LARANJA EXPORTADO, ENTRE 2000 E 2010.

Safra	Nova York (1)	Europa (2)	Foodnews (3)	Volume exportado (4)
2000/01	677,79	824,65	954,88	1.276.820
2001/02	858,17	888,02	1.237,50	1.348.196
2002/03	925,54	1.089,43	1.219,34	1.214.833
2003/04	553,75	1.048,47	1.090,14	1.362.331
2004/05	794,76	864,33	956,33	1.314.301
2005/06	1.349,13	1.078,08	1.558,41	1.403.468
2006/07	2.144,37	1.726,07	2.493,67	1.310.309
2007/08	1.397,68	2.043,38	2.224,56	1.415.523
2008/09	798,54	1.500,56	1.504,75	1.291.299
2009/10	1.321,99	1.122,06	1.610,90	1.300.554
<b>MÉDIA</b>	<b>1.082,17</b>	<b>1.218,51</b>	<b>1.485,05</b>	<b>1.323.763</b>

(1) Preço médio do suco de laranja concentrado e congelado (SLCC) na Bolsa de Nova York, deduzidos impostos e taxas. (US\$ por tonelada SLCC 66o Brix)

(2) Preço médio real da venda do suco de laranja brasileiro (SLCC Standard a Granel FCA nos terminais da Antuérpia, Ghent e Rotterdam - US\$ por tonelada SLCC 66 o Brix)

(3) Preço médio de safra de SLCC reportado pelo periódico Foodnews (US\$ por tonelada SLCC 66 o Brix)

(4) Volume total de suco de laranja exportado (Suco concentrado e congelado + Suco não concentrado - Toneladas conv. 66 o Brix)

Fonte: Neves e Trombin, 2010.

Org.: Cássio A. Boechat

do suco concentrado de laranja brasileiro é negociado no mercado a termo europeu, que apresenta médias históricas superiores às norte-americanas, de modo que as justificativas normalmente feitas de que os preços aos produtores caem conforme as quedas da *commodity* na Bolsa de NY são parte de um mecanismo obscuro de utilizar uma externalidade contra outra.

De todo modo, tais externalidade, apresentadas como ocorrências “naturais” não-controláveis do mercado, como se fossem as famosas “geadas da Flórida”, escondem, mais do que revelam, a nova configuração monopolista do setor. Obviamente, porém, o discurso de contestação do cartel das indústrias processadoras não volta para si mesmo a crítica destilada. Desse modo, a monopolização da propriedade da terra que aparece como elemento de acusação de citricultores contra agroindústria, que se vale de sua produção própria para fragilizar os fornecedores externos na barganha, não é sequer tangenciado no papel igualmente exercido pelo monopólio fundiário na fragilização de um contingente majoritário da população submetida às

relações de trabalho.

Mais do que isso, nada se compreende do movimento de fundo de exclusão de trabalhadores diretos e de agricultores familiares do setor citrícola. Atuando conjuntamente com processos semelhantes ora em curso nos mais diversos setores, este processo indica um horizonte de crise fundamental para a reprodução do capital aplicado tanto na citricultura e na agroindústria citrícola, como na sociedade capitalista como um todo.

## CONCLUSÃO

Este artigo pretendeu, desse modo, apresentar um panorama sintético do complexo agroindustrial citrícola. Neste panorama, partimos das impressões mais imediatas de um setor produtivo bem sucedido, entre tantos outros do assim chamado agronegócio nacional, carro-chefe de uma formulação desenvolvimentista repaginada, para em seguida começar a explorar uma dimensão de estagnação dos dados referentes a ele. Mais do que uma estagnação, logo começamos a delinear um cenário de crise. Este

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DO PREÇO DA CAIXA DE LARANJA PAGO PELA INDÚSTRIA E DO PREÇO DE EXPORTAÇÃO DO SUCO DE LARANJA CONCENTRADO E CONGELADO EM TONELADAS - DE 1987/88 A 1996/97

Ano	Preço (US\$/caixa)	Preço US\$/ tonelada suco
1987/88	3,23	1.724,43
1988/89	3,74	1.395,06
1989/90	3,53	1.539,33
1990/91	1,11	985,17
1991/92	2,13	1.024,25
1993/94	1,3	702,01
1994/95	1,3	859,06
1995/96	1,3	1.167,07
1996/97	1,8	1.185,93

Fonte: Kalatzis, 1998; 76 e 89.

Org.: Cássio A. Boechat

panorama do setor citrícola e de produção de suco de laranja, por sua vez, foi aprofundado levando-se em consideração os atores sociais que o compõem e suas perspectivas e estratégias. Igualmente, procuramos identificar produções técnicas e acadêmicas sobre o CAI citrícola que, de um modo ou de outro, respaldavam as perspectivas em oposições dos referidos atores sociais.

A crise setorial apontada foi abordada sob o duplo aspecto de fatores pretensamente internos e externos aos segmentos do setor. Esta problemática abordagem de fatores endógenos e exógenos permitiu sistematizar aspectos comumente apontados que compõem, de um lado, aquilo que se entende como *custos de produção* e, de outro lado, o mercado e seus preços. Certamente, essa divisão foi sendo questionada pela própria complicação trazida pelo transitar entre uma e outra dimensão feita pelos atores sociais e seus intérpretes. Em última instância, a monopolização de algumas das esferas produtivas em relação tende a embaralhar as compreensões corriqueiras sobre a economia rural aplicada ao caso particular da citricultura. No entanto, este artigo não se pretendeu uma mera crítica do monopólio no setor, embora tenha reconhecido as crescentes dificuldades impostas sobre os seus elos mais fracos.

Retomar a questão do monopólio sobre a terra foi um dos argumentos aqui recuperados para se entender que a aparente liberdade de ação praticada entre iguais, no caso os diferentes atores sociais anteriormente apontados, proprietários de mercadorias que as trocam no mercado, é condicionada por um processo histórico cujo pressuposto é a constituição da expropriação dos trabalhadores das condições de acesso aos meios de produção.

Por fim, há que se reforçar a ideia central sobre o fundamento da crise, para concluir o presente artigo. Esta crise que aparece como a imposição à força de condições de reprodução social de um elo sobre o outro, é na verdade a expressão de uma reação desesperada de capitais centralizados que tentam aumentar suas massas de lucro frente à tendência geral de queda da taxa de lucro. Isto é, a visível e contínua expulsão da exploração direta de trabalhadores dos processos produtivos há que representar uma limitação gradual do trabalho excedente extraído destes. Ao mesmo tempo, observa-se a necessidade de investimentos de maior montante na aquisição e reposição dos demais componentes do capital aplicado à citricultura. Assim, à medida que os capitais agigantados permitem a distribuição a seu favor das

massas de lucro geradas socialmente, eles contribuem relativamente cada vez menos para a massa de mais-valia gerada. Desse modo, sendo a citricultura um setor entre tantos outros a participar de um mesmo processo de aumento da composição orgânica de capital, ela igualmente pressiona logicamente no sentido de limitação geral da base de valorização do valor na sociedade. Este fundamento subterrâneo da crise não é sequer tangenciado por quaisquer dos intérpretes do CAI agrícola acima recuperados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTELLA, Celma da Silva Lago. *Colhedores de laranja na indústria paulista*. Mestrado, DG, FFLCH-USP, São Paulo, 1998.

BARBOSA, Gabriela da Rocha. *Os consórcios de produtores rurais no complexo agroindustrial citrícola paulista: das gatoperativas aos gatosórcios – a velha forma de contratação de mão-de-obra rural*. Dissertação, UFSCar, São Carlos, 2007.

BARBOSA, Gabriela Rocha & GITAHY, Leda. “Crise na cadeia produtiva de suco de laranja do estado de São Paulo: mudanças na configuração do trabalho?”. In: Revista ABET, vol IX, no. 1, 2010.

BOECHAT, Cássio Arruda. *O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista*. Tese de doutorado. FFLCH/USP, São Paulo, 2013.

CARNEIRO, M. J. “Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas”. In: Costa, L.F. et al. (eds.) *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. Ícone Editora; Editora da Unicamp, São Paulo, 1985.

FIGUEIREDO, Adelson Martins; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani e. “Análise das margens e transmissão de preços no sistema agroindustrial do suco de laranja no Brasil”. In: Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso), vol. 51, 2013.

GHILARDI, Arthur A. “Análise comparativa de custos de produção de laranja para indústria, Estado de São Paulo, safra 2005/06”. In: Revista Laranja, v. 27, n. 2, Cordeirópolis, 2006.

GHILARDI, Arthur Antonio; MAIA, Maria

Lúcia; AMARO, Antonio Ambrosio; NEGRI, José Dagoberto de. “Citricultura paulista: exigência física de fatores de produção, estimativa de custo e evolução das técnicas agrícolas”. In: *Informações Econômicas*, vol. 32, no. 9, São Paulo, setembro de 2002.

HASSE, Geraldo. *A laranja no Brasil (1500 – 1987): a história da agroindústria cítrica brasileira, dos quintais coloniais às fábricas exportadoras de suco do século XX*. São Paulo, Duprat & Iobe Propaganda, 1987.

KALATZIS, Aquiles Elie Guimarães. *Os novos rumos do complexo agroindustrial citrícola: a exploração de novos segmentos de mercado*. Dissertação de mestrado. UFSCar, São Carlos, 1998.

MARTINELLI JUNIOR, Orlando. *O complexo agroindustrial no Brasil: um estudo sobre a agroindústria citrícola no estado de São Paulo*. Dissertação de mestrado. FEA, USP, São Paulo, 1987.

MELLO, Nilda Tereza C. de. “Custos de produção diante da nova realidade econômica – o caso da laranja”. In: Laranja: Revista Técnico-Científica de Citricultura. No. 7, Vol. 2, Instituto Agrônomo – Estação Experimental de Limeira, Cordeirópolis, novembro de 1986.

NEVES, Marcos Fava & LOPES, Federico Fonseca (orgs.). *Estratégias para a laranja no Brasil*. Atlas, São Paulo, 2005.

NEVES, Marcos Fava & TROMBIN, Vinicius Gustavo. *Análise de uma década na cadeia da laranja*. Markestrat, Ribeirão Preto, 2010.

NEVES, Marcos Fava (org.); Trombin, Vinicius Gustavo; MILAN, Patrícia; LOPES, Federico Fonseca; CRESSONI, Francisco; KALAKI, Rafael. *O retrato da citricultura brasileira*. Markestrat, Ribeirão Preto, 2010.

NEVES, Marcos Fava; LOPES, Federico Fonseca; TROMBIN, Vinicius Gustavo; AMARO, Antonio Ambrosio; NEVES, Evaristo Marzabal; JANK, Marcos Sawaya. *Caminhos para a citricultura: uma agenda para manter a liderança mundial*. Atlas, São Paulo, 2007.

NOGUEIRA, Maurício Palma & TORRES JR., Alcides de Moura. “Citricultura: do suco para o álcool”. In: Revista AgroAnalysis, setembro de 2006.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. “A apropriação

da renda da terra pelo capital na citricultura paulista”. In: Revista Terra Livre, AGB, ano 1, no. 1, São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. *Modo capitalista de produção e agricultura*. Ática, São Paulo, 1987.

PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani e. *Complexos agroindustriais e redes políticas: as transformações no território citrícola brasileiro – uma abordagem do novo institucionalismo e da nova localização*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2000.

PAULILLO, Luiz Fernando (coord.). *Agroindústria e citricultura no Brasil: diferenças e dominâncias*. Rio de Janeiro, E-Papers, 2006.

POLTRONIÉRI, Ligia Celoria. *Difusão espacial da citricultura no estado de São Paulo*. Instituto de Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

SILVA, José Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. Hucitec, São Paulo, 1981.

SILVA (org.), José F. Graziano da; ALVES, Francisco J. C.; CINTRA, Miriam; CHIOVETTI, Simão Pedro; LAFORGA, Gilmar; PAULILLO, Luiz Fernando; RODRIGUES, Vera; TEIXEIRA, Paulo; MORELLI, Nelson; BACCARIN, José Giacomo. *A crise do complexo citrícola paulista: uma proposta não excludente*. Publicação do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores (PT-SP), São Paulo, 2000.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. “De colona a bóia-fria”. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, Edusp, 1997.

\_\_\_\_\_. *Errantes do fim do século*. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1999.

SILVEIRA, Fátima Rotundo da. *Poeira e sumo nos olhos dos que produzem: um estudo sobre o trabalhador rural, residente urbano e suas condições de vida no município de Bebedouro*. Dissertação. FFLCH/USP, São Paulo, 1982.

TAVAREZ, Maria Flávia de Figueiredo. *O mercado futuro de suco de laranja concentrado e congelado: um enfoque analítico*. Tese de doutorado. Cepan – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

TOLEDO, Carlos de Almeida & BOECHAT, Cássio



Arruda. “Mobilização do trabalho e o estudo da região”. In: Boletim Campineiro de Geografia, vol. 2, no. 3, 2012.

VIEIRA, Ana Cláudia. *Integração vertical, concentração e exclusão na citricultura paulista*. Tese de doutorado. UFSCar, São Carlos, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. & FAVARETO, A. *A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas*. In: MIRANDA, C. & SILVA, H. (orgs.) *Concepções de ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013.

## NOTAS

1 O contrato-padrão ou “contrato de participação” foi um mecanismo instituído em 1985/86 de delimitação dos preços da caixa de laranja para a citricultura paulista. Implicava, também, na divisão de partes do lucro industrial com os fornecedores (Silva, 2000), numa generalização de um modelo de remuneração que fora adotado pela indústria processadora FRUTESP S/A, pertencente a uma grande cooperativa de citricultores da região de Bebedouro/SP, Coopercitrus. O contrato foi sendo minado pelo descumprimento sistemático de certas cláusulas da parte de algumas indústrias processadoras até ser extinto em 1993/94. A venda da FRUTESP para a multinacional Louis-Dreyfus Commodities colaborou para a perda de poder dos citricultores, inclusive para compreender o processo industrial e seus custos (Boechat, 2013).